

## A ESCRAVIDÃO AFRICANA E O TRÁFICO

### META

O aluno no término da leitura aula deverá identificar as características da escravidão africana, alguns debates que há sobre a temática e alguns aspectos do tráfico Atlântico.

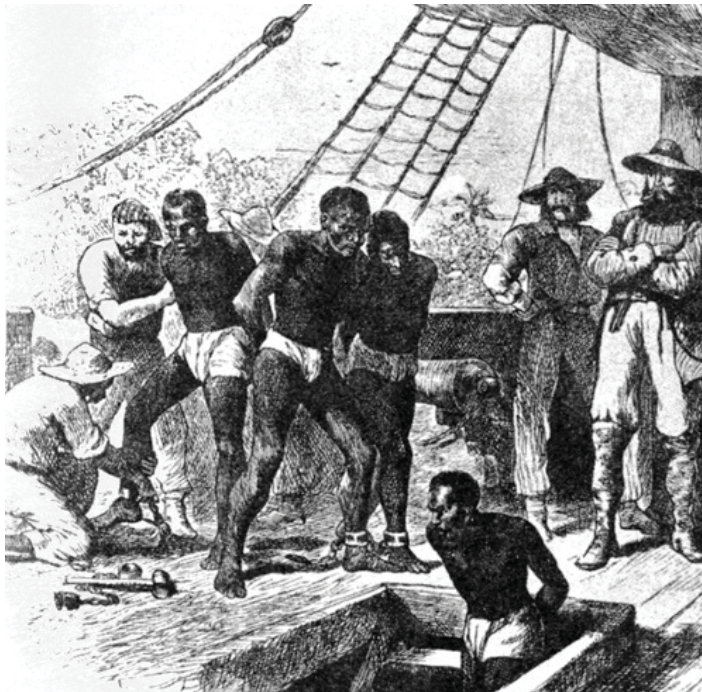
### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

caracterizar a escravidão africana; pontuar o debate que existe acerca da escravidão africana e descrever alguns aspectos sobre o tráfico Atlântico.

### PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ter compreendido a escravidão islâmica.

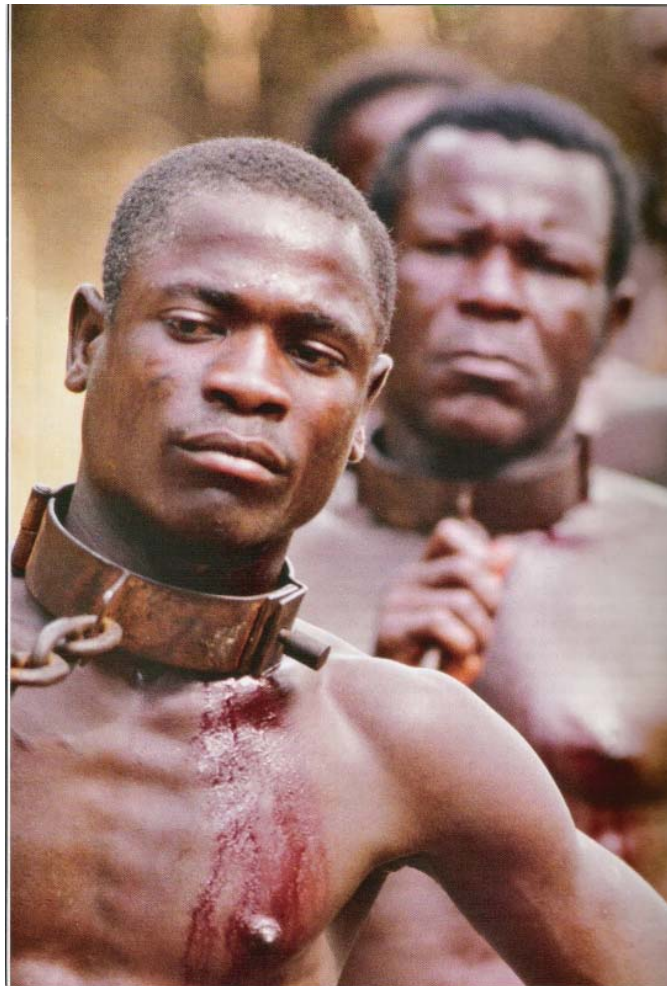


O tráfico de escravos foi responsável por uma das maiores migrações que ocorreram na humanidade. (Fonte: <http://farm4.static.flickr.com>).

### INTRODUÇÃO

Um dos temas mais estudados e mais debatidos sobre a história da África é a escravidão, pois o mesmo foi responsável por fazer circular milhões de pessoas pelo Atlântico por quase quatro séculos. Nesta aula veremos algumas características da escravidão no continente africano que conforme foi visto na aula anterior já era conhecida dos africanos. Um dos grandes debates é se a escravidão foi modificada com a chegada dos europeus. E esse é um temas que trataremos nessa aula.

Discutiremos nas linhas a seguir a escravidão no continente africano. Neste aula, apontaremos os tipos de escravidão e algumas características das mesmas, como também alguns debates que existem entre os pesquisadores do tema, por fim apontarei alguns dados do tráfico atlântico.



Imagens de escravos acorrentados. (Fonte: <http://1.bp.blogspot.com>).

## ESCRAVIDÃO AFRICANA

Atualmente há um consenso entre os pesquisadores da existência da escravidão na África anterior a chegada dos europeus, o debate gira em torno do tipo de escravidão que existia e se houve ou não alterações nessa escravidão em decorrência a chegada dos europeus. Para Lovejoy, podemos classificar a escravidão de forma temporal, e em três momentos, de 1350 a 1600, a islâmica, de 1600-1800 a Atlântica e 1800-1900 quando ocorreu um maior afluxo para a escravidão Atlântica. Para João J. Reis a escravidão pode ser classificada em escravidão doméstica e de mercantil. Thornton também aponta esses dois tipos de escravidão.

Inicialmente faz-se necessário definir o que é escravidão, esta é uma forma de exploração e que os escravos são propriedade de outra pessoa ou de algum grupo empresarial. Trocando em miúdos, o escravo não tem o fruto do seu trabalho, sua capacidade reprodutiva fica a mercê de um senhor e este pode utilizar de meios coercitivos para controlá-lo. O escravo era uma mercadoria, um bem móvel, e por isso podia ser vendido e comprado. Lovejoy mostra algumas restrições para que o escravo fosse tratado como simples mercadoria, essas restrições podiam ser morais ou religiosas, como no islamismo que as mulheres concubinas que dessem filhos ao seu senhor não podiam ser vendidas e ficavam livres após a morte dos seus senhores. Assim, em algumas localidades africanas o escravo não recebia o tratamento de uma simples mercadoria; outra prova disso é o fato das crianças geralmente serem incorporadas na sociedade, além das mulheres.

Ser escravo era sinônimo de não ter instabilidade na comunidade que o comprara. O escravo era comumente um estrangeiro. Ao escravizar os estrangeiros se retira os direitos dos mesmos e assim eles podem ser explorados economicamente, politicamente e socialmente. Não compartilhar da mesma cultura do senhor facilitava no processo de escravização no continente africano.

Vários eram os motivos que podiam levar uma pessoa a ser escravizada no continente africano, todavia para Lovejoy a violência estava na base da maioria das maneiras de produção do escravo. A guerra era o principal mecanismo de obtenção de escravos, além da guerra havia os seqüestros, ataques surpresa, dentre outros. Escravizar não era muitas vezes o intuito das expedições, mas sim o resultado de uma ação política de grande porte. No entanto, também existiam pequenos ataques com o intuito de escravizar, mas esses foram responsáveis por um número menor de escravos. Esses pequenos seqüestros foram mais freqüentes pós século XVII. Em todas as situações descritas havia o uso da violência. Assim, era um ato de violência que separa o indivíduo da liberdade da condição de escravo, esse ato pode ser uma guerra, seqüestros ou banditismo. A guerra pode ter ou não como propósito adquirir escravos, mas nos dois casos os prisioneiros eram

escravizados. A violência também era utilizada como forma de ameaça as pessoas que já nasceram escravas e não passaram pelo processo de violência para se tornarem, assim esses teriam a constante ameaça de atos violentos como serem vendidos para não se revelarem.

Segundo Curtin as guerras africanas podiam ser econômicas cujo intento era a captura de escravos e as políticas que os escravos eram um subproduto. Ainda haveria as guerras individuais. Para Thornton, essa separação é mais teórica que um reflexo do real, pois as guerras segundo esse autor muitas vezes tinham as duas motivações.

Ainda sobre as guerras africanas, para Lovejoy, as mesmas eram fruto dos inúmeros pequenos estados e a escravidão era um dos resultados desses conflitos. No período de exportação de escravos teria ocorrido uma fragmentação ainda maior dos estados, as guerras também teriam tido um acréscimo e essa seria uma das razões para o aumento no número de escravos. Essa maior diluição dos estados africanos teria sido fruto da aquisição de armas dos europeus. Assim, teria uma relação entre grandes estados e uma paz.

Uma análise dos Estados na história dos povos africanos percebe-se que mesmo os grandes estados que foram minoritários no continente guerrearam e adquiriram escravos. Um desses estados é o conhecido estado de Gaô que tinha uma política expansionista e as guerras tinham esse objetivo além das retaliações; entretanto também adquiriam escravos. Em contrapartida, na Costa do Ouro havia inúmeros pequenos estados, que até o século XVII, pouco forneceram escravos, chegaram até a comprá-los dos portugueses.

Devido à importância da violência na produção de escravos, alguns historiadores apontam uma importância dos europeus no processo já que eles teriam fornecido as armas. No entanto, as armas europeias foram pouco úteis no processo de escravização, principalmente nos séculos XVI e XVII. Em Angola, o poderio militar ibérico foi utilizado, mas para os portugueses vencerem precisavam dos africanos com suas armas. E, a demanda maior por armas pós século XVII seria decorrente da construção de grandes exércitos que estavam sendo criados ou aumentados por motivos políticos e/ou econômicos.

Outras formas de obtenção de escravos, também violentas, são através de punições judiciais e religiosas, assim pessoas acusadas de roubos, adultérios, feitiçaria tinham como punição a escravização. A punição judicial era uma usual de obtenção de escravo em várias localidades africanas, em alguns casos a pena era a expulsão da pessoa do seu grupo, que a mesma possuía laços de parentesco. Em muitas situações, esses escravizados passavam esse status para os seus filhos. Segundo Thornton essa maneira foi popular no Dongo, por exemplo, mas não significou uma grande porcentagem entre os escravos exportados.

Por fim, também existiu a escravidão voluntária que foi menos comum,

essa era causada por motivos estruturais que colocavam em risco a vida das pessoas de uma comunidade. As pessoas se auto-escravizaram ou as pessoas no interior de uma comunidade podiam aceitar a condição de escravo, em prol do coletivo. Um exemplo, segundo Reis, são os Sena que se vendiam com o intuito de conseguir comida para as pessoas da aldeia e diminuir o número de pessoas na aldeia. Mas essa forma de aquisição pouco contribuiu com a quantidade de pessoas escravizadas.

A coerção era um importante mecanismo para a manutenção da escravidão. Essa coerção ia das punições físicas a morte, pois algumas pessoas podiam ser até mesmo entregues para rituais religiosos que demandava por sacrifícios. Assim, a insubordinação poderia levar a castigos, a morte e a venda, psicologicamente esse elementos eram de grande valia no controle dos escravos.

Convém enfatizar que a escravidão no continente em discussão estava ligada ao trabalho e para os escravos eram transferidas as atividades mais pesadas, insalubres, ou tidas como humilhantes para a sociedade que o escravo pertencia. Isso demonstra a total subordinação do escravo para o seu senhor, e essa dependência também era percebida no controle da reprodução. Outro elemento importante de ser pontuado é o fato que o tempo de escravização fazia com que as relações senhor e escravo se modificassem, e a vida do escravo, por conseguinte, da mesma forma melhorava também as condições de vida das gerações seguintes dos escravos.

Convém ressaltar ainda que a reposição de mão de obra se dava através da comercialização dos escravos, pois a reprodução não bastava, nem mesmo nos primeiros momentos da escravidão.

Para Lovejoy, a escravidão era marginal e passou para uma espécie de “modo de produção”. No primeiro caso, a escravidão não era essencial para o processo de produção, havia outras formas de subordinação, dentre elas o penhor, a servidão, a clientela, o trabalho assalariado dentre outras maneiras. Com a escravidão Atlântica, aos poucos, essas outras formas de subordinação vão diminuindo paralelamente vai ocorrendo o aumento da escravidão.

No primeiro tipo, a doméstica ou escravidão marginal, as mulheres eram preferidas para serem escravas e podiam ser concubinas e até mesmo esposas dos seus proprietários. Para João Reis, um dos motivos para tal preferência era a matrilinearidade, os filhos de uma escrava seriam criados da linhagem do pai, ou seja, fortalecia essa linhagem. Lembrando também que em grande parte das sociedades a produção, além da reprodução, também estava nas mãos das mulheres. No entanto, como já foi citado anteriormente, a escravidão fornecia ao senhor direitos sobre a capacidade reprodutiva da concubina. Os filhos das escravas eram livres e quando o seu proprietário falecia, ela adquiria a liberdade. E quando era um escravo, ele podia se casar com uma mulher livre da linhagem do proprietário, desde que o mesmo permitisse, os filhos seriam da linhagem da mãe. A escravidão doméstica se assentava nas relações de parentesco. Esse motivo fazia com

que as crianças também fossem valoradas como escravas. Essas estavam no início do processo de sociabilização e por isso seria mais fácil de adquirir os hábitos da linhagem do seu senhor.

Para alguns autores, o escravo, na escravidão doméstica, era tratado como uma espécie de “filho”, todavia com tratamento distinto do filho legítimo do senhor. Era tratado com alguém que não teria condições de conduzir a sua própria vida. Por isso, entre os haussás, mesmo que ele ascendesse religiosamente ou politicamente continuava ligado ao seu senhor, o baba. Ressalta-se que existiram crianças escravas que foram absorvidas pela sociedade que tinham a escravidão doméstica ou marginal.

Novamente segundo Reis, o escravo doméstico era explorado na mesma medida que outras categorias compostas por pessoas livres como: adolescentes e mulheres. Essa defesa se dá pelo fato de existir na África uma gerontocracia [Poder dos homens e mais velhos]. No entanto, o mesmo autor defende que essa regra não era generalizada para toda a África, os escravos, por exemplo, tinham seus casamentos adiados e às vezes não tinham o direito a procriação e os filhos dos escravos também seriam subordinados. Para Thornton, a submissão que culminará na escravidão tem sua origem na subordinação das categorias mencionadas, inclusive para o autor ter várias esposas e concubinas é um dispositivo econômico, já que as mulheres trabalhavam na terra, quanto mais mulheres tivessem, mais riquezas seriam geradas. E o fato dos escravos terem os ofícios mais degradantes, também mostra que as subordinações eram diferentes.

A escravidão doméstica era de suma importância para as sociedades africanas e inicialmente o escravo que seria exportado era o recém-adquirido e por isso não possuía um papel importante na sociedade nem tinha construído laços. Thornton defende que para uma sociedade africana começar a exportar escravos ela precisava possuir condições propícias, e por falta de algumas dessas condições um grande número de sociedades se envolviam com o tráfico e depois saíam. O Congo e o Benim foram dois exemplos de estados que traficaram e depois saíram desse negócio, pois passaram a ter problema com mão de obra nas suas atividades. Para Thornton, os estados africanos decidiam se iam participar ou não desse negócio.

Para Reis a diferença entre a escravidão doméstica e a mercantil, é que na relação senhor x escravo na primeira é pessoal e por isso depende da personalidade do senhor. Já no segundo tipo as relações senhor e escravo eram regidos em sua maioria por lógicas econômicas. Outro elemento diferenciador era a possibilidade de mobilidade social que era maior na escravidão doméstica. E o principal item diferenciador era como os escravos foram produzidos para atender as necessidades internas e externas.

Na escravidão mercantil ou institucionalizada, algumas sociedades se especializaram em capturar escravos, mas para isso se faz necessário a existência de um estado organizado em tais sociedades e hierarquização política e econômica, além de uma estrutura militar e compradores. João José Reis

cita o caso de Segou, sociedade cuja função produtiva estava relacionada à aquisição de escravos e que era feita de três formas. A primeira a Kele, expedições militares, nestas todos os homens inclusive os agricultores eram envolvidos nessas expedições. Os escravos conseguidos eram entregues ao fama, rei de Segou e posteriormente vendidos. Segunda forma, soboli, consistia a ataques as aldeias e esses eram feitos por quarenta guerreiros e os escravos conquistados pertenceriam aos próprios guerreiros e por fim, jado, que eram pequenos raptos feitos por um grupo de dez homens. Alguns desses escravos ficavam em Segou e trabalhavam como agricultores, artesãos dentre outros. Convém ressaltar que escravos também eram usados nas guerras na conquista de escravos, esses eram mais leais a casa real que os livres que também tinham compromissos com a sua linhagem.

Segundo Lovejoy, a escravidão Atlântica modificou a escravidão, principalmente nas áreas pouco influenciadas pelo islamismo. Nas áreas islâmicas, a escravidão era uma forma de converter o não fiel. A conversão poderia não levar a liberdade, mas era um caminho para a obtenção da mesma. Na escravidão islâmica, as mulheres e as crianças também eram preferidas e também podiam ser incorporadas a sociedade. Para esse autor a escravidão Atlântica contribui para a extinção de outras formas de subordinação. E que esse processo ocorreu em momentos distintos nas diversas áreas africanas. Enfatizo que para Reis, a escravidão islâmica também era mercantil, no entanto, com características distintas da Atlântica.

Um ponto de discordância entre Lovejoy e Thornton é que para o último os recursos e as instituições capazes e responsáveis por fornecer grandes levas de escravos já existiam antes da chegada dos europeus. Pós 1650 o tráfico se intensifica e algumas regiões africanas começam a sentir os impactos demográficos. Para Lovejoy, o preço dos escravos aumenta e por isso senhores de escravos domésticos passam a vender os mesmos, além que a ida de escravos do interior para o litoral passa a ser lucrativa. Essa explicação fornece um poder de influência nos europeus, no entanto, o poder de decisão continuava sendo dos africanos. Outro motivo para o aumento segundo Lovejoy seria a entrada de um grande número de armas européias no continente. Thornton explica que esse aumento ocorreu por conta dos motivos políticos e/ou econômicos existentes entre os africanos, para o autor os europeus tiveram uma pequena contribuição. Todavia, nós devemos perguntar quais eram as metas das guerras econômicas e será que as mesmas teriam tido o mesmo sucesso sem a utilização das armas europeias? Porque no final do século XVII já eram bastante usadas no continente. Enfatizo que Lovejoy não descarta os conflitos políticos entre os Estados africanos como um dos motivos pelo grande aumento nas exportações dos escravos.

Uma pergunta de grande relevância é quais eram os motivos que levavam a ter escravidão no continente Africano. João José Reis responde a essa indagação se apropriando da explicação de Domar sobre a servidão

rusa e da escravidão norte-americana para explicar a escravidão na África. Segundo Reis, a escravidão teria surgido no continente africano devido a vastidão de terras e ao número reduzido de mão de obra. Outro motivo seria a conquista de prestígio e poder político através da escravização de pessoas. Para Thornton, o fato das terras serem abundantes e não serem privadas, fazia com que as riquezas fossem construídas em torno da submissão de pessoas e/ou escravização das mesmas. Os escravos podiam produzir riquezas e contribuir para outras aquisições. Conquistar escravos para enriquecer em vez de terras tinha algumas vantagens, pois não precisaria de um exército para vigiar as terras, nem alterações administrativas para organizá-los diferentemente ocorreria se fosse a aquisição de terras. Para os governantes a obtenção de escravo acrescentaria o número de dependentes e fortaleceria seu poder, e para os súditos aumentaria a fortuna e o poder, quiçá a influência, junto ao governante.

Por fim, para discutir a escravidão, mesmo na África, se faz necessário analisar a resistência. Ela existiu ainda na África, principalmente de forma individual. Na escravidão muçulmana o escravo poderia querer trocar de dono, para isso, ele cortava a orelha da pessoa livre escolhida ou do cavalo da pessoa. Assim, o escolhido deveria honrar o fato de ser escolhido e buscar o seu escravo. A resistência na África ainda foi pouco estudada. Para alguns autores, o fato de eles serem de diversas etnias associado ao fato da segunda geração não ser mais escravo, fazia com que não se desenvolvesse uma consciência de classe. Reis discorda dessa tese, pois no Novo Mundo os escravos também eram de diversas etnias, mas construíram uma identidade escrava comum e resistiram. E, Silva cita um levante com mais de cem escravos mostrando que houve a resistência coletiva. O levante ocorreu no Congo, no século XVI, quando os escravos iam para o porto serem comercializados. Para Reis se faz necessário estudar a temática, a resistência dos escravos na África e reler com mais cuidado as obras sobre a resistência na América.

### O TRÁFICO DE ESCRAVOS

O tráfico de escravos foi responsável por uma das maiores migrações que ocorreram na humanidade. Lembrando que essas migrações foram forçadas. Para que um grande número de pessoas se deslocasse da África para a América e para a Europa, se fez necessário que fosse um grande empreendimento e que envolvesse os três continentes.

As regiões que exportavam escravos eram a Senegâmbia, a Alta Guiné, a Costa do Marfim, a Costa do Ouro, o Golfo do Benim, a Baía de Biafra, a África Centro-Occidental e a Oriental. As áreas que mais forneceram foram a Costa do Ouro, o Golfo do Benim, a Baía de Biafra, a África Centro-Occidental. Através da tabela elaborada por Lovejoy através da



Base de dados Du Bois, podemos perceber quais foram regiões que mais traficaram escravos para a América e Europa. No entanto, Lovejoy afirma que os números da África Ocidental são maiores, pois não estão inclusos os africanos exportados para a ilha nem para a Europa.

Tabela 4.1 - Exportação de escravos da África Ocidental através do Atlântico, c.1640-1800.

Região	Número de escravos	Porcentagem
Senegâmbia,	366.000	8,7
Alta Guiné	235.000	5,6
Costa do Barlavento	144.000	3,4
Costa do Ouro	967.000	23,1
Golfo do Benim	1.470.000	35,1
Baía de Biafra	1.010.000	24,1
África Centro-Ocidental	4.192.000	

Fonte: LOVEJOY, 2002, 135

Voltando aos empreendimentos necessários para a existência do tráfico, podemos citar alguns feitos pelos portugueses. Estes construíram uma estrutura que incluía feitorias, fortes e presídios que serviriam como ponto de apoio para compra e venda de escravos. Esses edifícios, na região Congo-Angola, além de servirem para o comércio também serviram para demarcar o território português. Manter territórios coloniais, como no caso de Angola, era de fundamental importância para o sucesso do tráfico. E nesse aspecto estava uma diferença entre os europeus, pois os portugueses residiriam na África, negociavam com os africanos enquanto que os demais europeus mantinham relações superficiais até o século XIX.

Nos relatos de alguns africanos traficados bem como na contabilidade dos europeus, percebe-se que os escravos trabalhavam enquanto esperavam para ser exportados. Alguns na lavoura de produtos que serviriam de alimentos nas viagens ou ainda como Equiano que viveu durante um mês após sua prisão no interior do continente, aprendendo o ofício de ferreiro. Entre a sua prisão e a chegada no litoral foram seis ou sete meses. Ao chegar no litoral os escravos esperavam um tempo para serem embarcados. Um ponto importante é que as mulheres eram escravizadas, mas muitas vezes não eram exportadas, pois ficavam trabalhando nas roças. O tráfico para as Américas tinha uma preferência por homens e o continente africano preferia as mulheres, assim os interesses se conciliavam.

A travessia do atlântico foi algo bastante registrado pelos europeus, por dois motivos, o primeiro por conta da preocupação com a mortalidade tanto de escravos como da tripulação. Segundo e principalmente pós século XVIII por conta do interesse dos abolicionistas. O número de mortes entre

os escravos era utilizado como argumento para a crueldade da escravidão, como também que a escravidão era muito lucrativa para os traficantes, pois mesmo morrendo inúmeros escravos os traficantes ainda teriam lucros. Segundo as informações dos franceses uma mortalidade de 15% poderia reduzir o lucro em 30%.

A maioria das embarcações utilizadas no tráfico era pequena e/ou média para os padrões de embarcações da época. Além de possuírem tamanhos reduzidos e projetos arcaicos. O espaço que cada escravo viajava era muito pequeno. Outro ponto que contribuía para as mortalidades era o tempo da viagem. As viagens eram longas e a água e os alimentos chegavam a terminar. Com os passar dos anos as embarcações passaram a ser abastecidas com quantidades maiores de água e provisões. E as embarcações passaram a ser planejadas para carregar mais água e reter a água das chuvas. Em decorrência do tempo de viagem, as viagens oriundas da região Congo-Angola, região chamada de África Centro-Occidental, eram as que tinham menores taxas de mortalidade, por serem as que menos demoravam. No século XVII, a duração da viagem Angola- Brasil variava de acordo com o porto, de Recife para Luanda durava 35 dias de viagem, da Bahia para Luanda 40 dias e do Rio de Janeiro para lá 50 dias. Imaginem que esses prazos eram menores que muitas viagens, por isso a mortalidade devido ao tempo de viagem.

Os alimentos utilizados para alimentarem os escravos nas viagens entre a região Congo-Angola e a América, eram principalmente americanos. Entre os produtos temos a farinha de mandioca, feijão ou milho, uma farinha obtida com emba, um coquinho da palmeira-dendê, peixe seco e salgado, além das carnes bovina, também secas e salgadas, a de baleia, hipopótamo e elefante. As carnes bovinas e a de baleia iam do Brasil para a África, além do peixe, do milho e da mandioca. A utilização de produtos brasileiros no tráfico servia para estreitar relações entre os dois lados do Atlântico bem como adaptar o africano na nova dieta alimentar que teria nas terras brasileiras. Com o decorrer dos anos, a farinha de mandioca começa a ser produzida nas terras africanas.

As doenças comuns nas viagens eram o escorbuto e a varíola, mas com o decorrer dos anos, os europeus aprenderam a controlar essas doenças. E também havia os conflitos no continente como entre os holandeses e os portugueses novamente na região Congo-Angola que dificultava o embarque de escravos e contribuía para que houvesse uma mortalidade.

A mortalidade diminuiu até meados do século XIX, quando iniciou o período do tráfico ilegal. Segundo Alencastro, as taxas de mortalidade foram diminuindo década a década. No século XVII as taxas médias eram 20% e no início do XIX chegam a 9%. E os navios portugueses eram os que possuíam uma mortalidade menor.

Um dos principais produtos utilizados na compra de escravos era o zimbo ou jimbo, uma espécie de concha ou búzio. Ele era retirado das

praias de Luanda e tanto serviam como moeda, como para adereço nos reinos do Congo e da Matamba. Esses caurins eram monopólio do rei do Congo. Os zimbos também foram encontrados nas praias brasileiras, nas praias de Caravela, na Bahia. E ainda havia os caurins asiáticos. O zimbo brasileiro saía de Salvador ou do Rio de Janeiro sem pagar impostos e por isso não se pode estimar a real quantidade que foi exportada. Ressalta-se que havia uma hierarquia entre os zimbos, os de Luanda eram preferidos pelos negociantes africanos, com eles os lucros eram de 600% enquanto que com os brasileiros apenas 200%. Outros produtos utilizados para compra de escravos foram as especiarias asiáticas, vinho do porto, a cachaça e o tabaco brasileiros dentre outros.

Para os brasileiros a comercialização de tabaco e cachaça era interessante, pois ambos estavam entre os produtos coloniais, e por isso havia grandes plantações de tabaco e de cana-de-açúcar na Bahia e em Pernambuco. Segundo, os dois produtos eram produzidos com mão de obra escrava o que reduzia os custos, outro motivo é que a distância entre o Brasil e Angola era menor o que reduzia os gastos com transporte.

A cachaça brasileira, a geribita, era bem aceita entre os angolanos e aos poucos passam a preferi-la em relação ao vinho do Porto. Esse elemento causa conflitos entre os negociantes brasileiros e portugueses. Por conta desses conflitos, a Coroa Portuguesa chegou a proibir a entrada da geribita, no entanto, a mesma continuou sendo vendida de maneira ilegal.

No final do século XVIII o debate abolicionista fica mais acirrado na Europa, principalmente na Inglaterra, um dos primeiros resultados é a delimitação do número de africanos por tonelada, assim os navios poderiam mais ter uma sobrecarga. No início do século XIX a marinha Britânica começa a inspecionar a costa africana e pressionar para o fim do tráfico, pressionando inclusive os líderes africanos como o rei do Daomé. Um ponto importante é que o tráfico de escravos no XVIII e início do XIX também foi realizado por africanos que tinham sido escravos no Brasil ou em Cuba e retornaram para a África. O tráfico foi extinto nos anos trinta, mas ainda perdurou algumas décadas o chamado tráfico ilegal. Ressalto que o fim do tráfico externo não significou o término da escravidão nem do tráfico interno.

### CONCLUSÃO

Um ponto importante dos novos trabalhos é a transformação dos africanos em agentes históricos e por isso tinham interesses e contradições. E a escravidão se insere nesse ponto, pois, sobretudo uma elite africana não foi passiva a escravidão, pois participou de forma ativa, compartilhou quando foi possível e conveniente do tráfico e percebeu que esse negócio poderia ser lucrativo para eles. Percebeu que o tráfico era uma maneira de conseguir produtos europeus e asiáticos que eles apreciavam. Para alguns autores a escravidão não foi modificada por influências européias, mas sim por reorientações políticas e econômicas no interior da própria África, para outros a escravidão passou por modificações, indo de doméstica a mercantil, também por contribuição dos europeus.



### RESUMO

A escravidão na África é anterior a dos europeus. Existiam diversas maneiras de uma pessoa se tornar escravos, dentre elas punição judicial, mas as vias através da violência foram as que mais contribuíram para a obtenção de escravos. Essas eram através de guerras, sequestros, dentre outros. A coação era fundamental na manutenção da escravidão. Existem alguns debates sobre o papel das armas europeias na escravidão, ou se houve ou não alteração na escravidão com a chegada dos europeus e os motivos que fizeram o número de escravos aumentarem pós 1650. Os consensos são que as mulheres e as crianças eram preferidas na escravidão doméstica, e que mesmo no período de escravidão Atlântica boa parte das mulheres eram aprisionadas, mas não viajavam pois eram responsáveis pela produção. Outro aspecto que foi pontuado na aula e que também gera uma discussão é quais razões levaram as pessoas escravizarem no continente africano. Por fim, o cotidiano do tráfico e como o mesmo no decorrer dos anos foi diminuindo a mortalidade.



### ATIVIDADES

1. Quais eram as motivos que levavam um ser humano se tornar escravo. Explique como a violência era utilizada para escravizar os seres humanos.
2. Na escravidão doméstica havia uma preferência por mulheres e crianças. Comente as razões.
3. Há discordâncias entre Lovejoy e Thornton, quanto se houve mudanças por conta da chegada dos europeus na escravidão, sobre a utilização das armas, bem como os motivos para o aumento do número de escravos pós 1650. Pontue as posições desses autores sobre cada um dos itens citados.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

O aluno deverá identificar as razões que promoviam a escravidão, bem como os motivos pela preferência por mulheres e crianças e por fim o debate que há na historiografia africana sobre a escravidão.

**PRÓXIMA AULA**

Nesta aula vimos a escravidão e seus tipos. Na próxima aula será abordado o Reino do Congo e do Ndongo e suas características, bem como a relação dos dois reinos com os portugueses.

**AUTOAVALIAÇÃO**

Conseguí identificar os motivos que levavam um ser humano ser escravizado no continente africano? Como também as características da escravidão africana? E o debate que existe sobre a mesma?

**REFERÊNCIAS**

- ALENCASTRO, Luis F. O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CURTO, José C. “Vinho versus cachaça: A luta luso-brasileira pelo comércio do Alcool e de escravos em Luanda., c. 1648 -1703”. In: Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. pp.69-98.
- KLEIN, Herbert. O Tráfico de Escravos no Atlântico. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2004.
- LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.29-58.
- REIS, João José. “Notas sobre a escravidão na África pré-colonial” in: Estudos Afro-Asiáticos, N° 14, setembro de 1987, pp. 5-21.
- SILVA, Alberto da Costa. A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002. pp. 359-406.
- THORNTON, John. A África e os Africanos: na formação do mundo Atlântico 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.